



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 1.700,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensaoficial.gov.ao - End. teleg.: +imprensa.

| | ASSINATURA | Ano |
|----------------|------------------|-----|
| As três séries | Kz: 1.675.106,04 | |
| A 1.ª série | Kz: 989.156,67 | |
| A 2.ª série | Kz: 517.892,39 | |
| A 3.ª série | Kz: 411.003,68 | |

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto de selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito previo a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E.P.

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 128/22:

Aprova o Estatuto Remuneratório da Carreira do Docente do Ensino Superior. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 280/18, de 27 de Novembro.

Decreto Presidencial n.º 129/22:

Aprova o Estatuto Remuneratório da Carreira dos Agentes de Educação. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 281/18, de 27 de Novembro.

Decreto Presidencial n.º 130/22:

Aprova o Estatuto Remuneratório dos Profissionais do Serviço Nacional de Saúde integrados nas Carreiras do Regime Especial. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 288/18, de 29 de Novembro.

Decreto Presidencial n.º 131/22:

Aprova o Estatuto Remuneratório da Carreira do Investigador Científico. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 219/18, de 7 de Janeiro.

Decreto Presidencial n.º 132/22:

Aprova o Estatuto Remuneratório da Carreira do Trabalhador Social. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 174/12, de 9 de Agosto, que aprova a Estrutura Imediária e os Subsídios Atribuídos ao Pessoal das Carreiras do Trabalhador Social.

Decreto Presidencial n.º 133/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base dos Funcionários Públicos das Carreiras do Regime Geral. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 14/19, de 9 de Janeiro.

Decreto Presidencial n.º 134/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base dos Docentes do Ensino Superior. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 299/18, de 18 de Dezembro.

Decreto Presidencial n.º 135/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base do Pessoal da Carreira de Investigador Científico. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Presidencial n.º 136/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base do Pessoal Técnico e não Técnico do Regime Especial da Carreira de Telecomunicações. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 306/18, de 18 de Dezembro.

Decreto Presidencial n.º 137/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base dos Funcionários do Regime Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 298/18, de 18 de Dezembro.

Decreto Presidencial n.º 138/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base do Pessoal da Carreira dos Agentes do Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 309/18, de 18 de Dezembro.

Decreto Presidencial n.º 139/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base do Pessoal da Carreira Especial de Oficiais de Justiça. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 304/18, de 18 de Dezembro.

Decreto Presidencial n.º 140/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base do Pessoal da Carreira de Estatística. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 303/18, de 18 de Dezembro.

Decreto Presidencial n.º 141/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base do Pessoal das Carreiras da Aviação Civil. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 310/18, de 18 de Dezembro.

Decreto Presidencial n.º 142/22:

Aprova o ajustamento dos vencimentos-base do Pessoal Técnico e não Técnico da Carreira Especial do Trabalhador Social. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 305/18, de 18 de Dezembro.

ARTIGO 14.^o
(Actualização salarial)

A actualização salarial do Pessoal da Carreira do Trabalhador Social obedece aos critérios estabelecidos para a Função Pública.

ARTIGO 15.^o
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 174/12, de 9 de Agosto, que aprova a Estrutura Indiciária e os Subsídios Atribuídos ao Pessoal das Carreiras do Trabalhador Social.

ARTIGO 16.^o
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 17.^o
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor no dia 1 de Junho de 2022.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 24 de Maio de 2022.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Junho de 2022.

O Presidente da República, João MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

ANEXO I
A que se refere o artigo 5.^o

Tabela Indiciária do Pessoal Técnico da Carreira do Trabalhador Social

| Grupo Pessoal | Carreira/Categoria | Indice |
|------------------|---|--------|
| Técnico Superior | Assistente Social Assessor Principal | 960 |
| | Assistente Social Primeiro Assessor | 900 |
| | Assistente Social Assessor | 840 |
| | Assistente Social Principal | 760 |
| | Assistente Social de 1.ª Classe | 680 |
| | Assistente Social de 2.ª Classe | 600 |
| Técnico Médio | Educador Social Principal de 1.ª Classe | 340 |
| | Educador Social Principal de 2.ª Classe | 320 |
| | Educador Social Principal de 3.ª Classe | 300 |
| | Educador Social de 1.ª Classe | 280 |
| | Educador Social de 2.ª Classe | 260 |
| | Educador Social de 3.ª Classe | 240 |

ANEXO II
A que se refere o artigo 5.^o

Tabela Indiciária do Pessoal não Técnico da Carreira do Trabalhador Social

| Grupo Pessoal | Carreira/Categoria | Indice |
|--|---|--------|
| Auxiliar de Acção Social e Auxiliar de Cuidados de Prámen Infância | Auxiliar de Acção Social Principal | 560 |
| | Auxiliar de Acção Social de 1.ª Classe | 540 |
| | Auxiliar de Acção Social de 2.ª Classe | 520 |
| | Auxiliar de Acção Social de 3.ª Classe | 500 |
| | Vigilante de Terceira Idade Principal | 540 |
| | Vigilante de Terceira Idade de 1.ª Classe | 520 |
| | Vigilante de Terceira Idade de 2.ª Classe | 500 |
| | Vigilante de Terceira Idade de 3.ª Classe | 480 |
| | Auxiliar de Cuidados da Primeira Infância Principal | 540 |
| | Auxiliar de Cuidados da Primeira Infância de 1.ª Classe | 520 |
| | Auxiliar de Cuidados da Primeira Infância de 2.ª Classe | 500 |
| | Auxiliar de Cuidados da Primeira Infância de 3.ª Classe | 480 |

ANEXO III
A que se refere o artigo 6.^o

Tabela de Subsídios

| Designação | Percentagem (%) |
|------------------------------------|-----------------|
| 1. Subsídio nocturno | 7% |
| 2. Subsídio de tempo | 5% |
| 3. Subsídio de risco | 3% |
| 4. Subsídio de dedicação exclusiva | 5% |
| 5. Subsídio de disponibilidade | 3% |

O Presidente da República, João MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (22-4205-M-PR)

Decreto Presidencial n.º 133/22
de 7 de Junho

Havendo a necessidade de se ajustar os vencimentos-base dos Funcionários Públicos das Carreiras do Regime Geral;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.^o e do n.º 1 do artigo 125.^o, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Vencimento-base)

É aprovado o ajustamento dos vencimentos-base dos Funcionários Públicos das Carreiras do Regime Geral, de acordo com as tabelas indicária e salarial, anexas ao presente Decreto Presidencial, de que são parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Suplementos remuneratórios)

Devem ser apenas processados os subsídios aplicáveis nos termos da lei aos Funcionários Públicos integrados nessas carreiras.

ARTIGO 3.º
(Forma de pagamento)

O pagamento dos vencimentos previstos no presente Diploma deve ser efectuado por via do sistema bancário.

ARTIGO 4.º
(Isenção de Imposto sobre Rendimento de Trabalho)

Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho todos os funcionários que auferem vencimentos até o montante de Kz. 70.000,00 (setenta mil Kwanzas).

ARTIGO 5.º
(Efectividade)

Os Serviços de Recursos Humanos dos Órgãos Centrais e Locais da Administração Pública, devem proceder ao controlo

da efectividade do pessoal, garantindo, com efeito, o cumprimento do disposto nos Decretos-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, e n.º 8/02, de 18 de Junho, respectivamente.

ARTIGO 6.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 14/19, de 9 de Janeiro.

ARTIGO 7.º
(Dividas e omissões)

As dívidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 8.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor no dia 1 de Junho de 2022.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 24 de Maio de 2022.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Junho de 2022.

O Presidente da República, João MANUEL GONÇALVES Lourenço.

**Tabela Indicativa e de Vencimento-Base do Regime Geral da Função Pública
(A que se refere o artigo 1.)**

| PESSOAL TÉCNICO | | ÍNDICE 100 = R\$ 42 115,85 | |
|--------------------------|---|----------------------------|-----------------|
| GRUPO DE PESSOAL | CARREIRA / CATEGORIA | ÍNDICE A | VENCIMENTO BASE |
| TÉCNICO SUPERIOR | Assessor Principal | 960 | 404 312,12 |
| | Primeiro Assessor | 900 | 379 042,61 |
| | Assessor | 840 | 353 773,10 |
| | Técnico Superior Principal | 760 | 320 080,43 |
| | Técnico Superior de 1ª Classe | 680 | 286 387,75 |
| | Técnico Superior de 2ª Classe | 600 | 252 695,07 |
| TÉCNICO | Técnico Especialista Principal | 540 | 227 425,57 |
| | Técnico Especialista de 1ª Classe | 480 | 202 156,06 |
| | Técnico Especialista de 2ª Classe | 420 | 176 886,55 |
| | Técnico de 1ª Classe | 400 | 168 463,38 |
| | Técnico de 2ª Classe | 370 | 155 828,63 |
| | Técnico de 3ª Classe | 350 | 147 405,46 |
| TÉCNICO MÉDIO | Técnico Médio Principal de 1ª Classe | 340 | 143 193,88 |
| | Técnico Médio Principal de 2ª Classe | 320 | 134 770,71 |
| | Técnico Médio Principal de 3ª Classe | 300 | 126 347,54 |
| | Técnico Médio de 1ª Classe | 280 | 117 924,37 |
| | Técnico Médio de 2ª Classe | 260 | 109 591,20 |
| | Técnico Médio de 3ª Classe | 240 | 101 078,03 |
| PESSOAL NÃO TÉCNICO | | ÍNDICE 100 = R\$ 16 951,90 | |
| GRUPO DE PESSOAL | CARREIRA / CATEGORIA | ÍNDICE A | VENCIMENTO BASE |
| ADMINISTRATIVO | Oficial Administrativo Principal | 580 | 98 321,01 |
| | Primeiro Oficial | 560 | 94 938,63 |
| | Segundo Oficial | 540 | 91 546,25 |
| | Terceiro Oficial | 520 | 88 149,87 |
| | Aspirante | 500 | 84 259,49 |
| | Escrivário-Dactilógrafo | 480 | 81 369,11 |
| TESOUREIRO | Tesoureiro Principal | 560 | 94 938,63 |
| | Tesoureiro de 1ª Classe | 540 | 91 546,25 |
| | Tesoureiro de 2ª Classe | 520 | 88 149,87 |
| AUXILIARES | Motorista de Pesados Principal | 540 | 91 546,25 |
| | Motorista de Pesados de 1ª Classe | 520 | 88 149,87 |
| | Motorista de Pesados de 2ª Classe | 500 | 84 259,49 |
| | Motorista de Ligeiros Principal | 520 | 88 149,87 |
| | Motorista de Ligeiros de 1ª Classe | 500 | 84 259,49 |
| | Motorista de Ligeiros de 2ª Classe | 480 | 81 369,11 |
| | Telefonista Principal | 480 | 81 369,11 |
| | Telefonista de 1ª Classe | 460 | 77 978,73 |
| | Telefonista de 2ª Classe | 440 | 74 588,35 |
| | Auxiliar Administrativo Principal | 460 | 77 978,73 |
| | Auxiliar Administrativo de 1ª Classe | 440 | 74 588,35 |
| | Auxiliar Administrativo de 2ª Classe | 420 | 71 197,97 |
| OPERÁRIO QUALIFICADO | Auxiliar de Limpeza Principal | 440 | 74 588,35 |
| | Auxiliar de Limpeza de 1ª Classe | 420 | 71 197,97 |
| | Auxiliar de Limpeza de 2ª Classe | 400 | 67 807,59 |
| OPERÁRIO NÃO QUALIFICADO | Encarregado | 520 | 88 149,87 |
| | Operário Qualificado de 1ª Classe | 500 | 84 259,49 |
| | Operário Qualificado de 2ª Classe | 480 | 81 369,11 |
| OPERÁRIO NÃO QUALIFICADO | Encarregado | 460 | 77 978,73 |
| | Operário Não Qualificado de 1ª Classe | 440 | 74 588,35 |
| | Operário Não Qualificado de 2ª Classe | 420 | 71 197,97 |

Decreto Presidencial n.º 134/22
de 7 de Junho

Havendo a necessidade de se ajustar os vencimentos-base da Carreira do Docente do Ensino Superior;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Vencimento-base)

É aprovado o ajustamento dos vencimentos-base dos Docentes do Ensino Superior, de acordo com a tabela indicativa e salarial, anexa ao presente Decreto Presidencial, de que é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Suplementos remuneratórios)

Sobre o vencimento-base mensal, referido no artigo anterior, incidem os suplementos remuneratórios previstos no respetivo estatuto remuneratório e demais legislação aplicável.

ARTIGO 3.º
(Forma de pagamento)

O pagamento dos vencimentos previstos no presente Diploma deve ser efectuado por via do sistema bancário.

ARTIGO 4.º
(Efectividade)

Os Serviços de Recursos Humanos dos Órgãos Centrais e Locais da Administração Pública devem proceder ao controlo da efectividade do pessoal, garantindo, com efeito, o cumprimento do disposto nos Decretos-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, e n.º 8/02, de 18 de Junho, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 299/18, de 18 de Dezembro.

ARTIGO 6.º
(Dívidas e omissões)

As dívidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 7.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor, no dia 1 de Junho de 2022.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 24 de Maio de 2022.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Junho de 2022.

O Presidente da República, João MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Tabela de Índice e de Vencimento-Base da Carreira Docente do Ensino Superior

(A que se refere o artigo 1.º)

| CATEGORIA | ÍNDICE | VENCIMENTO BASE |
|------------------------|--------|-----------------|
| Professor Catedrático | 1 120 | 471 697,47 |
| Professor Associado | 1 020 | 429 581,63 |
| Professor Auxiliar | 960 | 404 312,12 |
| Assistente | 960 | 379 042,61 |
| Assistente Encarregado | 760 | 329 880,43 |

O Presidente da República, João MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.
(22-4205-K-PR)

Decreto Presidencial n.º 135/22
de 7 de Junho

Havendo a necessidade de se ajustar os vencimentos-base do Pessoal da Carreira de Investigador Científico;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Vencimento-base)

É aprovada o ajustamento dos vencimentos-base do Pessoal da Carreira de Investigador Científico, de acordo com a tabela indicativa e salarial, anexa ao presente Decreto Presidencial, de que é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Suplementos remuneratórios)

Sobre o vencimento-base mensal, referido no artigo anterior, incidem os suplementos remuneratórios previstos no respetivo estatuto remuneratório e demais legislação aplicável.

ARTIGO 3.º
(Forma de pagamento)

O pagamento dos vencimentos previstos no presente Diploma deve ser efectuado por via do sistema bancário.

ARTIGO 4.º
(Efectividade)

Os Serviços de Recursos Humanos dos Órgãos Centrais e Locais da Administração Pública devem proceder ao controlo da efectividade do pessoal, garantindo, com efeito, o cumprimento do disposto nos Decretos-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, e n.º 8/02, de 18 de Junho, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 6.º
(Dívidas e omissões)

As dívidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.